

# PREGÃO ELETRÔNICO

90012/2026

## CONTRATANTE (UASG)

Prefeitura Municipal de Laje/BA (UASG: 983677)

## OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos, visando atender as necessidades junto ao Hospital Municipal, CAPS - Centro de Atenção Psicossocial e a Policlínica Municipal, durante o período de 12 (doze) meses.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 7.209.273,40 (Sete milhões, duzentos e nove mil, duzentos e setenta e três reais e quarenta centavos).

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 28/05/2026 às 09h (horário de Brasília)

## CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por grupo

## MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

## TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

## MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br  
e apresente sua proposta!



## Sumário

1.	DO OBJETO .....	3
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO .....	3
3.	DO ORÇAMENTO ESTIMADO .....	5
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO .....	5
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA .....	7
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	8
7.	DA FASE DE JULGAMENTO .....	11
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO .....	12
9.	DO TERMO DE CONTRATO .....	14
10.	DOS RECURSOS .....	14
11.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES .....	15
12.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO .....	17
13.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS .....	17



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026**  
(Processo Administrativo nº143/2026)

Torna-se público que o(a) Prefeitura Municipal de Laje, através da Secretaria Municipal de Saúde, com endereço na Praça Jose Raimundo de Almeida, S/N, Centro, Laje - BA realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 422, de 2021, Decreto Municipal nº 001, de 2024, Decreto Municipal nº 003, de 2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## **1. DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é **contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos, visando atender as necessidades junto ao Hospital Municipal, CAPS - Centro de Atenção Psicossocial e a Policlínica Municipal**, durante o período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada por grupo único, formado por 08 (oito) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

- 2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 2.6.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 2.6.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista



## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026

ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7. Será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo ser apresentado compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, com indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração.

2.8. Será admitida a participação de sociedades cooperativas, desde que demonstrada a compatibilidade entre o regime cooperativo e a execução do objeto, observados o art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, a Lei nº 5.764, de 1971, e a vedação de intermediação irregular de mão de obra, pessoalidade ou subordinação direta dos profissionais em relação à Administração.

2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10. O impedimento de que trata o item 2.6.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.4 e 2.6.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.13. O disposto nos itens 2.6.4 e 2.6.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.15. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



### **3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.2 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

4.6.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;



## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026

- 4.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- 4.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- 4.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 4.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 4.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 4.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 4.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.9. Não haverá aplicação de tratamento favorecido consistente em licitação exclusiva, cota reservada ou reserva de contratação para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, em razão do valor global estimado, da natureza agrupada do objeto e da necessidade de preservação da continuidade assistencial. Ficam preservadas, quando cabíveis, as prerrogativas legais de regularização fiscal e trabalhista previstas na Lei Complementar nº 123/2006, nos limites aplicáveis ao caso concreto.
- 4.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.
- 4.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4, 4.7 ou 4.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 4.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.15.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.15.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.16.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e





## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026

- 4.16.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1 Valor total do grupo;
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 5.2.1 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
- 5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 5.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 5.9. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;
- 5.10. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.
- 5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.



## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do grupo.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
- 6.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.





## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026

- 6.12.3 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 6.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 6.13.1 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 6.13.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.13.4 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.13.5 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.13.6 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.



## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026

- 6.20.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.20.2 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.20.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.20.5 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
- 6.22.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 6.22.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 6.22.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;
- 6.22.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.
- 6.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 6.23.1 empresas brasileiras;
- 6.23.2 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.23.3 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 6.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 6.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.25.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.



## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026

- 6.25.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.25.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.25.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.25.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.26. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1 Sicaf;
  - 7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,
  - 7.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e
  - 7.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 7.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 7.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 7.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
  - 7.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
  - 7.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1 contiver vícios insanáveis;
  - 7.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 7.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 7.7.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026

- 7.7.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 7.7.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.9. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:
- 7.9.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.9.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação.
- 7.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.12. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

## 8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicafe.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 8.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% A 30 %, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação deverão ser exclusivamente ser apresentados via sistema [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).
- 8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.



## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026

- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 8.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 8.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas), prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 8.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.14. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.12.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 horas, para:
- 8.14.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 8.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.14.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;
- 8.14.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.
- 8.15. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.





## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026

- 8.16. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.
- 8.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 8.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.
- 8.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## 9. DO TERMO DE CONTRATO

- 9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato.
- 9.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **03 (três) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **03 (três) dias úteis**; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **03 (três) dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.
- 9.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:
- 9.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
  - 9.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;
  - 9.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
- 9.5. Os prazos dos itens **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 9.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 9.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## 10. DOS RECURSOS

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.





## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.compras.gov.br](http://www.compras.gov.br).

## 11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 11.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;
- 11.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
  - 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
  - 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
  - 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- 11.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 11.1.6 fraudar a licitação;
- 11.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
- 11.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026

- 11.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 11.2.1 advertência;
  - 11.2.2 multa;
  - 11.2.3 impedimento de licitar e contratar e
  - 11.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 11.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
  - 11.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 11.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 11.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que



## EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026

tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

11.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

## 12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: [gerenciadelicitacao2@laje.ba.gov.br](mailto:gerenciadelicitacao2@laje.ba.gov.br).

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



EDITAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90012/2026

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.laje.ba.gov.br](http://www.laje.ba.gov.br).

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

13.11.1.2. Apêndice do Anexo I – Análise de Risco;

13.11.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

Laje, 11 de maio de 2026.

**ALESSANDRA DE ANDRADE DANTAS**

Autoridade Competente



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA**

**PREFEITURA DE LAJE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
(Processo Administrativo nº 143/2026)

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Este Termo de Referência tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos, visando atender as necessidades junto ao Hospital Municipal, CAPS - Centro de Atenção Psicossocial e a Policlínica Municipal, durante o período de 12 (doze) meses.

1.2. Os serviços médicos nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ASSISTÊNCIA MÉDICA - HOSPITALAR / DOMICILIAR COMPLEMENTAR DE SAÚDE / CONVÊNIO	12920	UN	1	R\$ 7.209.273,40	R\$ 7.209.273,40
	<b>DETALHAMENTO DO SERVIÇO E DO PREÇO</b>					
	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD DE PLANTÕES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	MÉDICO - CLÍNICO GERAL - PLANTONISTA 24 H (MÉDICO - CLÍNICO GERAL - MÉDICO PLANTONISTA 24H (SERVIÇOS TERCEIRIZADOS MÉDICO PLANTONISTA 24H))	PLANTÃO 24H (SEG À SEXTA-FEIRA)	900	R\$ 2.100,00	R\$ 1.890.000,00
	2	MÉDICO - CLÍNICO GERAL- PLANTONISTA 24H PARA EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS (RESPEITANDO O CALENDÁRIO MUNICIPAL)	PLANTÃO 24H – (SEG À DOMINGO E FERIADOS CONFORME CALENDÁRIO MUNICIPAL)	50	R\$ 2.500,00	R\$ 125.000,00
	3	MÉDICO CIRURGIÃO GERAL	PLANTÃO 12H (SEG À SEXTA-FEIRA)	200	R\$ 1.203,71	R\$ 240.742,00
	4	MÉDICO PLANTONISTA FINS DE SEMANA E FERIADOS	PLANTÃO 24H (SAB, DOM E FERIADOS)	460	R\$ 2.200,00	R\$ 1.012.000,00



5	MÉDICO PLANTONISTA AMBULATORIAL	PLANTÃO 06H (SEG À SEXTA-FEIRA)	1.080	R\$ 651,48	R\$ 703.598,40
6	MÉDICO PLANTONISTA AMBULATORIAL	PLANTÃO 12H (SEG À SEXTA-FEIRA)	1.080	R\$ 1.325,00	R\$ 1.431.000,00
7	MÉDICO CLÍNICO GERAL - EMERGENCISTA	PLANTÃO 24H	300	R\$ 2.741,66	R\$ 822.498,00
8	MÉDICO ANESTESIOLOGISTA	PLANTÃO 12H (SEG À SEXTA-FEIRA)	300	R\$ 3.281,45	R\$ 984.435,00

### **Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

### **Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que se destina à manutenção ininterrupta e regular da assistência médica prestada no Hospital Municipal, no CAPS – Centro de Atenção Psicossocial e na Policlínica Municipal, atividades essenciais à continuidade dos serviços públicos de saúde e cuja interrupção pode comprometer o atendimento à população usuária do Sistema Único de Saúde, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a necessidade permanente da Administração, a previsibilidade da demanda assistencial, a preservação da continuidade operacional das unidades de saúde e a possibilidade de obtenção de melhores condições de execução e preços ao longo da relação contratual, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

### **Prazo de vigência**

1.5. O prazo de vigência da contratação é de **01 (um) ano**, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O Plano de Contratações Anual do Município de Laje se encontra em desenvolvimento e ainda não foi divulgado, mas a presente contratação consta prevista nos diversos instrumentos de planejamento municipal, como Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual e Lei Orçamentária Anual e da Secretaria Municipal de Saúde.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.





#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Os requisitos da contratação encontram-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

##### **Sustentabilidade**

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.2.1. observância das normas sanitárias, ambientais e de saúde e segurança do trabalho aplicáveis à execução dos serviços;
- 4.2.2. adoção de práticas de uso racional de recursos materiais, água, energia e insumos necessários à execução contratual, evitando desperdícios; e
- 4.2.3. observância das normas de gerenciamento, segregação, acondicionamento e destinação adequada dos resíduos de serviços de saúde eventualmente gerados ou manuseados durante a execução contratual.

##### **Subcontratação**

4.3. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.4. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

- 4.4.1. a responsabilidade técnica médica pela execução dos serviços contratados;
- 4.4.2. a gestão, coordenação, organização e controle das escalas de plantão dos profissionais médicos; e
- 4.4.3. a execução integral dos plantões médicos, de modo que a subcontratação não poderá descaracterizar a responsabilidade direta da contratada pela prestação dos serviços perante a Administração.

4.5. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas acessórias do objeto, desde que previamente autorizadas pela Administração e desde que não comprometam a continuidade, a qualidade e a responsabilidade técnica da execução contratual:

- 4.5.1. serviços administrativos, operacionais ou de apoio necessários à organização da prestação dos serviços médicos;
- 4.5.2. apoio à gestão de escalas, controle documental, controle de frequência e relatórios de execução, sem transferência da responsabilidade da contratada pela veracidade das informações e pelo cumprimento das obrigações contratuais; e
- 4.5.3. outros serviços acessórios estritamente vinculados ao suporte da execução contratual, desde que não correspondam à parcela principal do objeto e sejam previamente aprovados pelo Contratante.

4.6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.7. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução da parcela subcontratada.



4.8. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.9. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

### **Garantia da contratação**

4.10. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total da contratação.

4.11. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.12. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.13. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.14. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.15. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.16. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.17. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.18. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.19. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.20. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.



- 4.21. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.22. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.22.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
  - 4.22.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
  - 4.22.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.23. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.
- 4.24. O pagamento direto não poderá estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo que apure o montante devido.
- 4.25. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.26. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.27. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificado.
- 4.28. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.29. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.30. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 4.31. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 4.32. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 4.33. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.



4.34. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.35. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.36. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.37. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## **Vistoria**

4.38. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. **Início da execução do objeto:** 05 (cinco) dias da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço.

5.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: os serviços serão executados mediante disponibilização de profissionais médicos devidamente habilitados e regularmente inscritos no Conselho Regional de Medicina competente, conforme escalas de plantão definidas pela Secretaria Municipal de Saúde, observadas as unidades, cargas horárias, quantitativos, especialidades e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.3. **Cronograma de realização dos serviços:** os serviços serão prestados de forma contínua, pelo período de vigência contratual, conforme escalas mensais de plantão elaboradas ou aprovadas pela Secretaria Municipal de Saúde, abrangendo o Hospital Municipal, o CAPS – Centro de Atenção Psicossocial e a Policlínica Municipal, de acordo com a necessidade administrativa e assistencial:

5.3.1. **Etapla 1 – Mobilização inicial:** a partir da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço, no prazo de até 05 (cinco) dias, com apresentação da relação dos profissionais que executarão os serviços, comprovação de regular inscrição no Conselho Regional de Medicina competente, indicação do responsável técnico e organização inicial das escalas.

5.3.2. **Etapla 2 – Execução dos plantões e atendimentos médicos:** durante toda a vigência contratual, conforme escalas definidas pela Secretaria Municipal de Saúde, observadas as cargas horárias, unidades de atendimento e quantitativos previstos neste Termo de Referência.

5.3.3. **Etapla 3 – Controle de frequência e acompanhamento da execução:** mensalmente, mediante registros formais de frequência, relatórios de plantões efetivamente executados e validação pela fiscalização contratual.

5.3.4. **Etapla 4 – Medição e pagamento:** mensalmente, após a apresentação, conferência e atesto dos relatórios de execução dos serviços, considerando exclusivamente os plantões/serviços efetivamente realizados e aceitos pela Administração.

## **Local e horário da prestação dos serviços**

5.4. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços:



- 5.4.1. Hospital Municipal Ranulfo José de Almeida, situado na Praça Antônio Carlos Magalhães, s/n, Centro, Laje/BA;
  - 5.4.2. CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, situado na Praça Antônio Carlos Magalhães, s/n, Centro, Laje/BA; e
  - 5.4.3. Policlínica Municipal, situada na Rua Lomanto Júnior, s/n, Centro, Laje/BA.
- 5.5. Os serviços serão prestados nos seguintes horários:
- 5.5.1. Hospital Municipal Ranulfo José de Almeida: 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana, conforme escalas de plantão estabelecidas ou aprovadas pela Secretaria Municipal de Saúde;
  - 5.5.2. CAPS – Centro de Atenção Psicossocial: das 08h às 16h, conforme demanda da unidade e escalas estabelecidas ou aprovadas pela Secretaria Municipal de Saúde; e
  - 5.5.3. Policlínica Municipal: das 08h às 16h, conforme demanda da unidade e escalas estabelecidas ou aprovadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

### **Rotinas a serem cumpridas**

- 5.6. A execução contratual observará as rotinas abaixo:
- 5.6.1. disponibilização de profissionais médicos devidamente habilitados e regularmente inscritos no Conselho Regional de Medicina competente, conforme especialidades, cargas horárias, quantitativos e unidades de atendimento previstas neste Termo de Referência;
  - 5.6.2. cumprimento integral das escalas de plantão estabelecidas ou aprovadas pela Secretaria Municipal de Saúde, abrangendo o Hospital Municipal, o CAPS – Centro de Atenção Psicossocial e a Policlínica Municipal;
  - 5.6.3. indicação e manutenção de responsável técnico médico, regularmente inscrito no Conselho Regional de Medicina competente, que responderá tecnicamente pela execução dos serviços durante toda a vigência contratual;
  - 5.6.4. substituição imediata de profissional em caso de ausência, impedimento, afastamento, licença ou qualquer situação que comprometa a continuidade da prestação dos serviços;
  - 5.6.5. registro formal de frequência dos profissionais no início e ao término dos plantões, por meio físico ou eletrônico adotado pela unidade de saúde;
  - 5.6.6. apresentação de relatório mensal discriminando os plantões efetivamente realizados, para fins de conferência, medição, atesto e pagamento; e
  - 5.6.7. observância das normas éticas, sanitárias, assistenciais, administrativas e de segurança aplicáveis à prestação dos serviços médicos nas unidades de saúde.

### **Materiais a serem disponibilizados**

- 5.7. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
- 5.7.1. crachá ou outro meio de identificação dos profissionais alocados à execução dos serviços, quando exigido pelas normas internas das unidades de saúde;
  - 5.7.2. equipamentos de proteção individual eventualmente necessários à atuação de seus profissionais, quando não disponibilizados pela unidade de saúde e quando exigidos pelas normas sanitárias, ocupacionais ou pelos protocolos aplicáveis; e





5.7.3. meios administrativos e operacionais necessários ao controle das escalas, substituições, registros de frequência, relatórios de execução e demais documentos indispensáveis ao acompanhamento contratual.

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.8. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.8.1. necessidade de prestação continuada de serviços médicos para atendimento das demandas assistenciais do Hospital Municipal, do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial e da Policlínica Municipal;

5.8.2. execução dos serviços mediante plantões e atendimentos médicos, conforme especialidades, cargas horárias, unidades de medida, quantitativos e valores estimados constantes deste Termo de Referência; e

5.8.3. medição mensal com base nos plantões/serviços efetivamente executados, comprovados por registros de frequência, relatórios mensais e atesto da fiscalização contratual.

#### **Medição para fins de pagamento**

5.9. A medição da execução do objeto será realizada mensalmente, considerando exclusivamente a quantidade de plantões efetivamente cumpridos no respectivo período de apuração.

5.10. Para fins de pagamento, o Contratado deverá apresentar relatório mensal discriminando os plantões realizados, com indicação, no mínimo, da unidade de prestação dos serviços, data, horário, carga horária, profissional responsável e demais informações necessárias à conferência da execução contratual.

5.11. O relatório de que trata o item anterior será conferido e validado pelo fiscal técnico do contrato, sem prejuízo da atuação dos demais fiscais ou do gestor do contrato, quando cabível.

5.12. Somente serão pagos os plantões devidamente comprovados e atestados pela fiscalização contratual, não sendo devido qualquer valor por plantão não executado, executado parcialmente ou não comprovado na forma estabelecida neste Termo de Referência.

#### **Ausência ou descumprimento**

5.13. A ausência injustificada de profissional, sem substituição imediata, implicará a glosa integral do valor correspondente ao plantão não realizado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas e demais consequências contratuais cabíveis.

5.14. A reincidência na ausência injustificada de profissional, na ausência de substituição imediata ou em qualquer conduta que comprometa a continuidade dos serviços poderá ensejar a instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e das cláusulas contratuais.

#### **Substituição de profissionais**

5.15. O Contratado deverá providenciar a substituição imediata de profissional nos casos de falta, afastamento, licença, impedimento ou qualquer outra ocorrência que impossibilite o cumprimento do plantão originalmente designado.





5.16. A substituição deverá ocorrer sem prejuízo da continuidade do atendimento, sendo vedada a interrupção dos serviços assistenciais por ausência de profissional.

5.17. O profissional substituto deverá possuir habilitação compatível com a função a ser desempenhada e registro regular no Conselho Regional de Medicina competente, observadas as exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

5.18. A substituição de profissional não afasta a responsabilidade integral do Contratado pela execução do objeto, pelo cumprimento das escalas e pela qualidade dos serviços prestados.

#### **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.19. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Uniformes**

5.20. Os uniformes a serem utilizados pelos profissionais vinculados ao Contratado deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, sem qualquer repasse de custo ao profissional, observando o disposto nos itens seguintes:

5.20.1. No Hospital Municipal, os médicos plantonistas deverão utilizar as vestimentas disponibilizadas ou exigidas pela própria unidade hospitalar, observadas as normas internas, sanitárias e assistenciais aplicáveis.

5.20.2. Quando a prestação dos serviços ocorrer fora do ambiente hospitalar, especialmente no CAPS – Centro de Atenção Psicossocial e na Policlínica Municipal, o uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário e identificação profissional:

5.20.2.1. jaleco ou vestimenta profissional equivalente, compatível com a atividade médica e com as normas sanitárias aplicáveis;

5.20.2.2. crachá ou outro meio de identificação funcional, contendo, no mínimo, nome do profissional, função e identificação da empresa contratada; e

5.20.2.3. demais peças de vestuário ou identificação profissional exigidas pelas normas sanitárias, protocolos assistenciais ou rotinas internas das unidades de saúde.

5.20.3. As peças de vestuário e identificação profissional de responsabilidade do Contratado deverão ser mantidas em condições adequadas de apresentação, higiene, conservação e uso, devendo ser substituídas sempre que não atenderem às condições mínimas exigidas pela Administração ou pelas normas sanitárias aplicáveis.

5.20.4. No caso de empregada gestante, quando aplicável, as vestimentas deverão ser apropriadas para a situação, substituindo-as sempre que estiverem apertadas.

5.20.5. Quando houver fornecimento de vestimentas, jalecos, crachás ou outros itens de identificação pelo Contratado, a entrega deverá ocorrer mediante recibo, cuja cópia poderá ser solicitada pelo servidor responsável pela fiscalização do contrato.

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.21. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.22. comunicação formal entre o Contratante e o Contratado acerca do encerramento contratual, da prorrogação, da substituição contratual ou da necessidade de adoção de providências para assegurar a continuidade dos serviços médicos;



5.23. apresentação, pelo Contratado, de relatório final contendo a relação dos plantões executados, profissionais alocados, eventuais pendências, ocorrências registradas, substituições realizadas e demais informações necessárias à conferência da execução contratual; e

5.24. adoção das medidas necessárias para a transição operacional, incluindo a disponibilização à Administração das escalas, relatórios, registros de frequência e demais documentos pertinentes, de modo a evitar descontinuidade no atendimento do Hospital Municipal, do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial e da Policlínica Municipal.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa disponível durante toda a vigência contratual, em regime de pronta comunicação com o Contratante, não sendo necessária sua permanência física contínua no local da execução do objeto, salvo quando convocado pela fiscalização ou pelo gestor do contrato para adoção de providências relacionadas à execução dos serviços.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**



- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 6.17. conferência mensal dos relatórios apresentados pelo Contratado, com a discriminação dos plantões efetivamente realizados, unidade de prestação dos serviços, data, horário, carga horária e identificação do profissional responsável;
- 6.18. verificação dos registros de frequência dos profissionais médicos, por meio físico ou eletrônico adotado pela unidade de saúde, confrontando-os, quando necessário, com as escalas de plantão aprovadas pela Secretaria Municipal de Saúde; e
- 6.19. acompanhamento da regularidade da execução dos serviços, especialmente quanto ao cumprimento das escalas, substituição imediata de profissionais ausentes, manutenção de profissional habilitado e regularmente inscrito no Conselho Regional de Medicina competente, continuidade do atendimento e ausência de interrupção dos serviços assistenciais.
- 6.20. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.21. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

### **Fiscalização Administrativa**

- 6.22. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.23. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.24. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:



- 6.25. verificação mensal da documentação necessária à liquidação e ao pagamento da despesa, especialmente nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, relatório dos plantões/serviços efetivamente executados, registros de frequência, atesto do fiscal técnico, manutenção das condições de habilitação, regularidade fiscal, social e trabalhista do Contratado e demais documentos exigidos neste Termo de Referência e no contrato.
- 6.26. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais.
- 6.27. Na fiscalização do cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e sociais, exigir-se-á do Contratado, quando cabível e quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a apresentação dos seguintes documentos:
- 6.28. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- 6.29. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do Contratado, quando exigíveis;
- 6.30. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- 6.31. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; e
- 6.32. outros documentos pertinentes à comprovação da manutenção das condições de habilitação e à regular execução contratual, quando solicitados pela fiscalização ou pelo gestor do contrato.
- 6.33. Sempre que houver substituição ou inclusão de profissionais diretamente vinculados à execução dos serviços médicos, o Contratado deverá apresentar, quando solicitado, documentação comprobatória da habilitação profissional exigida neste Termo de Referência, inclusive registro regular no Conselho Regional de Medicina competente.
- 6.34. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 6.35. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público – Oscip's e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações, caso admitida sua participação no certame.
- 6.36. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou, ainda, por meio eletrônico idôneo, quando admitido pela Administração.
- 6.37. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo Contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.
- 6.38. A Administração Contratante poderá conceder prazo para que o Contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou incapacidade da empresa de corrigir.
- 6.39. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e demais condições de habilitação exigíveis, o Contratante comunicará o fato ao Contratado e poderá reter o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.



6.40. O Contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.41. A inadimplência do Contratado quanto aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.42. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022, no que for pertinente à contratação.

6.43. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a documentação administrativa pertinente à liquidação e ao pagamento, emitindo relatório ou manifestação que será encaminhada ao gestor do contrato, quando cabível.

### **Gestor do Contrato**

6.44. Cabe ao gestor do contrato:

6.45. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração.

6.46. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.47. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.48. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.49. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.50. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.51. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.52. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;





6.53. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3. Não produzir os resultados acordados,

7.4. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.5. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.6. A utilização do Instrumento substituto não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.7. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.8. quantidade de plantões/serviços efetivamente executados no período de apuração, conforme escalas aprovadas pela Secretaria Municipal de Saúde e registros de frequência adotados pelas unidades de saúde;

7.9. apresentação, pelo Contratado, de relatório mensal discriminando os plantões realizados, com indicação da unidade de prestação dos serviços, data, horário, carga horária, profissional responsável e demais informações necessárias à conferência da execução contratual; e

7.10. atesto da fiscalização contratual quanto à efetiva execução dos serviços, à regularidade dos registros apresentados, ao cumprimento das escalas, à substituição imediata de profissionais ausentes quando necessária e à ausência de interrupção injustificada dos serviços assistenciais.

### **Recebimento**

7.11. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.12. Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, para fins de recebimento provisório será considerada a prestação mensal dos serviços médicos efetivamente executados, comprovados por meio dos registros de frequência, escalas de plantão, relatórios mensais apresentados pelo Contratado e demais documentos exigidos neste Termo de Referência.

7.13. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.14. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.15. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.16. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.17. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal de execução dos serviços.





7.18. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.18.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.18.2. o fiscal administrativo deverá verificar a documentação administrativa pertinente à liquidação e ao pagamento, inclusive a manutenção das condições de habilitação, quando cabível, emitindo relatório ou manifestação que será encaminhada ao gestor do contrato.

7.19. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.20. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.21. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.22. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão das verificações documentais e assistenciais exigíveis para comprovação da regular execução dos serviços.

7.23. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.24. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.25. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.25.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.25.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.25.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.25.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.



7.25.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.26. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.27. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.28. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.29. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.30. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.31. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.32. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.33. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 7.33.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 7.33.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.34. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.



7.35. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.36. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.37. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.38. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.39. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA/IBGE** de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.40. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.41. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.42. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.42.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.43. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

7.44. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.45. Após o interregno de um ano, e mediante de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.46. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



7.47. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.48. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.49. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.50. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.1.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.1.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.1.4. Multa:

8.1.5. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.1.6. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

8.1.7. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.1.8. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.



- 8.1.9. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.
- 8.1.10. Compensatória, para a infração descrita na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.
- 8.1.11. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
- 8.1.12. Compensatória, para a infração descrita na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.
- 8.2. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.3. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.6. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.7.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.7.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.8. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 8.8.2. as peculiaridades do caso concreto;
  - 8.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 8.8.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
  - 8.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 8.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com





relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.11.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO, considerando grupo único composto por 08 (oito) itens, devendo o licitante apresentar proposta para todos os itens que o compõem.

### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

9.3. Para o objeto, o critério de aceitabilidade de preços será:

9.3.1. valor total do grupo: conforme valor estimado da contratação;

9.3.2. valores unitários dos itens: conforme valores unitários estimados constantes deste Termo de Referência;

9.3.3. serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima do valor máximo admitido para o grupo ou que apresentarem valores unitários superiores aos estimados pela Administração, observado o disposto no edital; e

9.3.4. para fins de julgamento e aceitação da proposta, deverão ser observados os quantitativos, unidades de medida, valores unitários e valores totais previstos neste Termo de Referência.

### **Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **9.5. Habilitação jurídica**

9.5.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5.2. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde



se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.5.3. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5.4. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.5.5. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.5.6. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 9.6. Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.6.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.6.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.6.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.6.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.6.6. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.6.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### 9.7. Qualificação Econômico-Financeira

9.7.1. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;



- 9.7.2. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.7.3. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.7.4. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo, limitado a 10% valor total estimado da contratação para o período de doze meses

9.7.5. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.7.6. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.7.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.7.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.7.9. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

## 9.8. Qualificação Técnica

9.8.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.8.1.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.8.2. Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Medicina competente, em plena validade;

9.8.3. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.



9.8.4. Prova de atendimento aos requisitos previstos na Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980, e nas normas do Conselho Federal de Medicina e do Conselho Regional de Medicina competente, no que couber.

#### 9.9. Qualificação Técnico-Operacional

9.9.1. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.9.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.9.1.1.1. *contrato(s) que comprove(m) a execução de serviços médicos, em unidades públicas ou privadas de saúde, compatíveis com o objeto desta contratação;*

9.9.1.1.2. *contrato(s) que comprove(m) a execução de serviços médicos em quantitativo mínimo equivalente a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado para o item ou parcela pertinente;*

9.9.1.1.3. *contrato(s) que demonstre(m) capacidade de organização, disponibilização e substituição de profissionais médicos, quando necessária, para atendimento de escalas de plantão ou rotinas assistenciais compatíveis com o objeto.*

9.9.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.9.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.9.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.9.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.9.6. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.9.7. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

#### 9.10. Qualificação Técnico-Profissional

9.10.1. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.10.1.1. Para o responsável técnico médico: serviços de coordenação, supervisão ou responsabilidade técnica na prestação de serviços médicos em unidades públicas ou privadas de saúde, compatíveis com o objeto da contratação.



9.10.1.2. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.10.2. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.10.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

#### 9.11. Disposições gerais sobre habilitação

9.11.1. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.11.2. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.11.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.11.4. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.11.5. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### 9.12. Documentação complementar para cooperativas

9.12.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.12.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.12.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.12.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.12.1.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.12.1.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.12.2. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.12.2.1. ata de fundação;





- 9.12.2.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- 9.12.2.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 9.12.2.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- 9.12.2.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 9.12.2.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- 9.12.2.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 7.209.273,40 (sete milhões, duzentos e nove mil, duzentos e setenta e três reais e quarenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.2. acima.
  - 10.1.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.
- 10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, alocado no Fundo Municipal de Saúde.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
  - I) Gestão/unidade: 030601 – Secretaria Municipal de Saúde;
  - II) Fonte de recursos: 1600000001, 1500100200;
  - III) Programa de trabalho: 2044 e 2046;
  - IV) Elemento de despesa: 3.3.90.34.00.
- 11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Laje/BA, 09 de março de 2026.

Elaborado:

---

Keila Aparecida Rocha Santos  
Comissão de Planejamento



Aprovado:

---

Alessandra de Andrade Dantas  
Secretária Municipal de Saúde



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP**

### **Lei Federal nº 14.133/2021**

#### **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos continuados**

##### **1. Identificação da contratação**

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por finalidade subsidiar a fase preparatória da contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos continuados, destinados ao atendimento das necessidades assistenciais do Hospital Municipal, do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial e da Policlínica Municipal.

A contratação pretendida integra o Processo Administrativo nº 143/2026 e deverá observar a Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente os princípios do art. 5º, a definição de estudo técnico preliminar do art. 6º, XX, e os elementos previstos no art. 18, §1º, além das normas municipais aplicáveis e das diretrizes de planejamento adotadas pela Administração.

O objeto será executado por empresa especializada, mediante disponibilização de profissionais médicos habilitados e regularmente inscritos no Conselho Regional de Medicina competente, conforme escalas de plantão definidas ou aprovadas pela Secretaria Municipal de Saúde, observadas as unidades, cargas horárias, quantitativos, especialidades e demais condições estabelecidas no Termo de Referência.

##### **2. Descrição da necessidade da contratação**

A Administração Municipal necessita assegurar a continuidade, regularidade e suficiência da assistência médica prestada no Hospital Municipal, no CAPS – Centro de Atenção Psicossocial e na Policlínica Municipal.

O problema público a ser solucionado consiste na necessidade de garantir cobertura médica regular e suficiente em unidades essenciais da rede municipal de saúde, evitando descontinuidade de plantões, redução da capacidade de atendimento, comprometimento da assistência à população e risco de interrupção de serviços públicos essenciais.

A contratação não se limita à disponibilização isolada de profissionais médicos. O que se busca é estruturar solução assistencial continuada, coordenada, fiscalizável e juridicamente segura, capaz de garantir:

- a) cobertura médica nas unidades indicadas;
- b) cumprimento de escalas;
- c) disponibilização de médicos habilitados;
- d) substituição imediata de profissionais ausentes;
- e) indicação de responsável técnico;
- f) controle formal de frequência;
- g) apresentação de relatórios mensais;
- h) medição dos serviços efetivamente executados;
- i) responsabilização centralizada da contratada;



j) preservação da continuidade dos serviços públicos de saúde.

A ausência da contratação ou sua realização de forma inadequada pode comprometer o atendimento à população usuária do Sistema Único de Saúde, especialmente em razão da relevância das unidades envolvidas: Hospital Municipal, unidade de atendimento contínuo; CAPS, unidade de atenção psicossocial; e Policlínica Municipal, unidade voltada a atendimentos ambulatoriais e especializados.

Dessa forma, a contratação pretendida atende ao interesse público primário, pois visa assegurar o funcionamento regular de serviços médicos indispensáveis à população local.

### **3. Alinhamento com o planejamento institucional, adequação orçamentária e compatibilidade com PPA, LDO e LOA**

A contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional do Município de Laje/BA e da Secretaria Municipal de Saúde, uma vez que se destina à manutenção de serviços médicos essenciais nas unidades integrantes da rede municipal de saúde.

Consta dos autos que a contratação possui **adequação orçamentária** e compatibilidade com os instrumentos de planejamento municipal, especialmente **Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA**.

Registra-se que, embora o Plano de Contratações Anual do Município esteja em desenvolvimento e ainda não tenha sido divulgado, a contratação está prevista nos instrumentos de planejamento municipal, como Lei de Diretrizes Orçamentárias, Plano Plurianual, Lei Orçamentária Anual e planejamento da Secretaria Municipal de Saúde.

A contratação também se harmoniza com as políticas públicas de saúde, pois está diretamente vinculada à execução de ações e serviços públicos de saúde de responsabilidade municipal, voltados à continuidade do atendimento médico à população.

Assim, a despesa pretendida não se apresenta como contratação eventual ou desconectada do planejamento governamental, mas como medida necessária à execução regular das ações de saúde previstas no planejamento municipal e setorial.

### **4. Requisitos da contratação**

Os requisitos da contratação foram definidos com base na necessidade pública identificada, na natureza do objeto e na preservação da competitividade, observando-se o dever de exigir apenas condições necessárias, suficientes e proporcionais à adequada execução dos serviços.

#### **4.1. Requisitos técnicos**

A contratada deverá disponibilizar profissionais médicos:

- a) devidamente habilitados;
- b) regularmente inscritos no Conselho Regional de Medicina competente;
- c) compatíveis com as especialidades e funções previstas no Termo de Referência;
- d) aptos ao cumprimento das escalas aprovadas pela Secretaria Municipal de Saúde;



e) sujeitos às normas éticas, sanitárias, assistenciais, administrativas e de segurança aplicáveis.

Deverá ser exigida a indicação e manutenção de responsável técnico médico, regularmente inscrito no CRM, que responderá tecnicamente pela execução dos serviços durante toda a vigência contratual.

#### **4.2. Requisitos operacionais**

A execução deverá observar:

- a) início dos serviços em até 5 dias da assinatura do contrato ou emissão da ordem de serviço;
- b) apresentação da relação dos profissionais alocados;
- c) comprovação de habilitação e inscrição regular no CRM;
- d) organização inicial das escalas;
- e) cumprimento integral das escalas de plantão;
- f) substituição imediata de profissional ausente;
- g) registro formal de frequência;
- h) relatório mensal discriminando plantões realizados;
- i) medição mensal dos serviços efetivamente executados;
- j) atesto pela fiscalização contratual.

#### **4.3. Natureza continuada**

O serviço possui natureza continuada, pois se destina à manutenção regular e ininterrupta da assistência médica nas unidades municipais indicadas. Sua interrupção pode comprometer diretamente o atendimento à população usuária do SUS e a continuidade operacional da rede municipal de saúde.

A vigência inicial de 12 meses mostra-se adequada à natureza do objeto, admitida a prorrogação na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstradas a vantajosidade, a manutenção da necessidade pública e a regularidade da execução contratual.

#### **4.4. Subcontratação**

Admite-se subcontratação parcial apenas de parcelas acessórias, desde que previamente autorizada pela Administração e sem transferência da responsabilidade principal da contratada.

É vedada a subcontratação integral do objeto, da responsabilidade técnica médica, da gestão, coordenação e controle das escalas, bem como da execução integral dos plantões médicos, pois tais parcelas constituem o núcleo essencial da contratação.

#### **4.5. Garantia contratual**

Considerando o valor estimado da contratação, a essencialidade dos serviços, o risco decorrente de eventual descontinuidade assistencial e a necessidade de assegurar o cumprimento das obrigações assumidas, mostra-se adequada a exigência de garantia





contratual de 5% do valor total da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

#### **4.6. Sustentabilidade**

Embora o objeto principal seja a prestação de serviços médicos, deverão ser observados critérios e práticas de sustentabilidade compatíveis com a execução contratual, especialmente:

- a) observância das normas sanitárias, ambientais e de saúde e segurança do trabalho;
- b) uso racional de recursos materiais, água, energia e insumos;
- c) prevenção de desperdícios;
- d) adequada segregação, acondicionamento e destinação de resíduos de serviços de saúde eventualmente gerados ou manuseados;
- e) observância das normas internas das unidades de saúde.

#### **4.7. Ausência de indicação de marca, modelo ou tecnologia exclusiva**

Não há indicação de marca, modelo, tecnologia proprietária, metodologia exclusiva, prova de conceito ou amostra, pois o objeto consiste na prestação de serviços médicos comuns, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definíveis.

### **5. Levantamento de mercado**

O levantamento de mercado examinou as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade administrativa, sem se confundir com a pesquisa formal de preços prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

A necessidade da Administração não consiste apenas em contratar profissionais isolados, mas em obter solução coordenada, contínua e fiscalizável para manutenção da assistência médica no Hospital Municipal, CAPS e Policlínica Municipal.

#### **5.1. Manutenção da situação atual**

A manutenção da situação atual não atende ao interesse público, pois preserva risco de insuficiência de cobertura médica, dificuldade de composição de escalas, descontinuidade de plantões e comprometimento da assistência à população.

Trata-se de alternativa inadequada, pois a Administração necessita de solução organizada para assegurar atendimento médico regular durante todo o período contratual.

#### **5.2. Execução direta com pessoal próprio**

A execução direta integral somente seria adequada se o Município dispusesse de quadro próprio suficiente, disponível e tecnicamente compatível com toda a demanda das unidades abrangidas.

Considerando a necessidade de cobertura médica continuada, com diferentes cargas horárias, especialidades, plantões, finais de semana, feriados, eventos e atendimentos ambulatoriais, a execução direta integral não se revela suficiente para atendimento da necessidade administrativa.

#### **5.3. Contratações avulsas ou fragmentadas**

A contratação separada por profissional, especialidade, unidade ou escala poderia ampliar disputas pontuais, mas aumentaria significativamente os riscos de:

- a) fragmentação da responsabilidade;



- b) falhas de coordenação;
- c) dificuldade de substituição de profissionais;
- d) multiplicidade de interlocutores;
- e) aumento do custo administrativo de fiscalização;
- f) divergência de rotinas e relatórios;
- g) descontinuidade assistencial;
- h) conflitos entre contratadas.

Essa alternativa não se mostra a mais eficiente, pois os serviços médicos demandados integram uma mesma solução assistencial e exigem gestão coordenada.

#### **5.4. Credenciamento**

O credenciamento poderia ser considerado quando a Administração buscasse formar cadastro aberto de prestadores aptos, com contratação paralela e não excludente.

No presente caso, contudo, a necessidade não é formar cadastro de interessados, mas contratar solução integrada e continuada, com responsabilidade operacional centralizada, cumprimento de escalas, substituição imediata, preposto, responsável técnico, relatórios e fiscalização mensal.

O credenciamento poderia dificultar a gestão das escalas, fragmentar responsabilidades e comprometer a previsibilidade necessária à execução continuada.

#### **5.5. Sistema de Registro de Preços**

A análise específica do Sistema de Registro de Preços consta de tópico próprio deste ETP. Em síntese, embora o objeto possua certa padronização e remuneração por unidade de medida, a necessidade concreta é imediata, continuada e integrada, com quantitativos previamente estimados e unidades determinadas, o que recomenda a contratação ordinária, e não a formação de ata para contratações futuras e incertas.

#### **5.6. Nova contratação por empresa especializada, em grupo único**

A contratação de empresa especializada, por meio de pregão eletrônico, em grupo único, apresenta-se como a solução mais adequada, pois permite:

- a) seleção de empresa com capacidade de gestão integrada;
- b) responsabilização única pela execução global;
- c) organização centralizada das escalas;
- d) substituição imediata de profissionais ausentes;
- e) padronização dos registros de frequência;
- f) consolidação dos relatórios mensais;
- g) maior eficiência fiscalizatória;
- h) redução do risco de descontinuidade;
- i) manutenção da qualidade assistencial;
- j) melhor governança contratual.

Conclui-se, portanto, que a solução mais adequada é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços médicos continuados, em grupo único, com execução pelo período inicial de 12 meses.

### **6. Descrição da solução como um todo**



A solução consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos continuados, visando atender às necessidades do Hospital Municipal, CAPS – Centro de Atenção Psicossocial e Policlínica Municipal, durante o período de 12 meses.

A execução será realizada mediante disponibilização de profissionais médicos habilitados e regularmente inscritos no Conselho Regional de Medicina competente, conforme especialidades, cargas horárias, unidades de atendimento, quantitativos e demais condições estabelecidas no futuro Termo de Referência.

A contratada deverá:

- a) organizar a mobilização inicial dos profissionais;
- b) indicar responsável técnico médico;
- c) manter preposto em regime de pronta comunicação;
- d) cumprir escalas aprovadas pela Secretaria Municipal de Saúde;
- e) substituir imediatamente profissionais ausentes;
- f) assegurar continuidade assistencial;
- g) manter registros formais de frequência;
- h) apresentar relatórios mensais;
- i) observar normas éticas, sanitárias, administrativas e assistenciais;
- j) responder integralmente pela execução contratual.

A medição será mensal, considerando exclusivamente os plantões e serviços efetivamente executados, comprovados por registros de frequência, relatórios mensais e atesto da fiscalização.

## 7. Estimativa das quantidades

A estimativa das quantidades foi estruturada com base na necessidade assistencial das unidades municipais, considerando o funcionamento do Hospital Municipal, do CAPS e da Policlínica Municipal, os regimes de plantão, as cargas horárias, as especialidades e a cobertura anual pretendida.

Os quantitativos levantados e confirmados nos presentes estudos são os seguintes:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total
1	Médico clínico geral – plantonista 24h, segunda a sexta-feira	Plantão 24h	900	R\$ 2.100,00	R\$ 1.890.000,00
2	Médico clínico geral – plantonista 24h para eventos e datas comemorativas	Plantão 24h	50	R\$ 2.500,00	R\$ 125.000,00
3	Médico cirurgião geral	Plantão 12h	200	R\$ 1.203,71	R\$ 240.742,00
4	Médico plantonista fins de semana e feriados	Plantão 24h	460	R\$ 2.200,00	R\$ 1.012.000,00
5	Médico plantonista	Plantão	1.080	R\$ 651,48	R\$ 703.598,40



Item	Especificação	Unidade	Quantidade estimada	Valor unitário	Valor total
	ambulatorial	6h			
6	Médico plantonista ambulatorial	Plantão 12h	1.080	R\$ 1.325,00	R\$ 1.431.000,00
7	Médico clínico geral emergencista	Plantão 24h	300	R\$ 2.741,66	R\$ 822.498,00
8	Médico anestesiológista	Plantão 12h	300	R\$ 3.281,45	R\$ 984.435,00

**Valor total estimado:** R\$ 7.209.273,40.

A memória de cálculo decorre da multiplicação entre as quantidades anuais estimadas de plantões e os respectivos valores unitários. A execução e o pagamento deverão considerar apenas os plantões efetivamente executados, comprovados e atestados pela fiscalização contratual.

#### **8. Estimativa do valor da contratação**

O valor estimado da contratação é de **R\$ 7.209.273,40**, correspondente à soma dos valores estimados dos 8 itens que compõem o grupo único.

A estimativa constante deste ETP tem caráter preliminar e instrutório, não substituindo a pesquisa formal de preços prevista no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, que deverá constar dos autos em documento próprio, com indicação das fontes utilizadas, metodologia aplicada, análise crítica dos preços obtidos e justificativa do valor estimado final.

A pesquisa formal de preços deverá observar a compatibilidade entre os valores pesquisados e as condições efetivas do objeto, especialmente quanto a:

- natureza continuada dos serviços;
- execução por plantões;
- especialidades médicas envolvidas;
- localidade da prestação;
- regime de substituição de profissionais;
- responsabilidade técnica;
- custos administrativos e operacionais da contratada;
- exigência de garantia contratual;
- obrigações de fiscalização, relatórios e controle.

#### **9. Justificativa do parcelamento ou não da solução**

A Lei nº 14.133/2021 orienta que a Administração avalie o parcelamento do objeto sempre que a solução for técnica e economicamente divisível, desde que preservadas a economia de escala, a competitividade, a eficiência da contratação e a adequada execução contratual.

No presente caso, embora os serviços estejam descritos em itens distintos, tais itens não constituem soluções autônomas e independentes. Eles integram uma mesma solução



assistencial destinada à manutenção da rede municipal de saúde, com execução coordenada no Hospital Municipal, CAPS e Policlínica Municipal.

A divisão do objeto em contratações autônomas poderia gerar prejuízos à Administração, especialmente pelos motivos a seguir.

### **9.1. Unidade funcional da solução**

Os itens contratados pertencem ao mesmo ramo de atividade — prestação de serviços médicos — e estão funcionalmente vinculados à mesma finalidade pública: assegurar cobertura médica regular nas unidades municipais de saúde.

A separação por item ou especialidade poderia desestruturar a solução assistencial, pois a Administração passaria a gerir múltiplas relações contratuais para atendimento de uma necessidade única e integrada.

### **9.2. Risco de fragmentação da responsabilidade técnica**

A contratação separada por itens poderia resultar na atuação simultânea de várias empresas nas mesmas unidades de saúde, cada uma responsável por parcela distinta da cobertura médica.

Essa fragmentação dificultaria a identificação do responsável por falhas de escala, ausência de profissional, substituição tardia, inconsistência de registros, falhas de comunicação e descontinuidade do atendimento.

A contratação em grupo único preserva a unidade de comando da execução, permitindo que a Administração exija de uma única contratada o cumprimento integral das escalas, a manutenção do responsável técnico, a substituição de profissionais e a apresentação consolidada dos relatórios mensais.

### **9.3. Gestão integrada das escalas**

A execução dos serviços exige organização coordenada de plantões, especialmente porque há atendimento hospitalar, ambulatorial, emergencial, eventos, finais de semana, feriados e serviços em unidades distintas.

A escala médica não pode ser tratada como simples soma de postos isolados. A ausência de um profissional, a necessidade de substituição ou a reorganização pontual de determinada escala pode repercutir na continuidade da assistência prestada pela rede municipal.

A existência de uma única contratada favorece a gestão integrada das escalas, com maior capacidade de reposição, remanejamento e resposta tempestiva a intercorrências.

### **9.4. Continuidade dos serviços públicos de saúde**





A contratação possui natureza continuada e está vinculada à prestação de serviços públicos essenciais. A divisão do objeto em múltiplos contratos aumentaria o risco de descontinuidade, pois eventual falha de uma contratada poderia afetar parcela do atendimento e exigir resposta emergencial da Administração.

No grupo único, a contratada responde pela solução global, inclusive pela substituição imediata de profissionais, o que reduz o risco de interrupção e favorece a estabilidade assistencial.

#### **9.5. Eficiência da fiscalização contratual**

A contratação fracionada ampliaria significativamente a complexidade da fiscalização, pois exigiria o acompanhamento de diversos contratos, empresas, responsáveis técnicos, prepostos, relatórios, registros de frequência, notas fiscais e rotinas administrativas.

No modelo por grupo único, a fiscalização poderá atuar sobre um único contrato, com relatórios consolidados, padrões uniformes de controle, interlocução centralizada e maior objetividade na aplicação de glosas, notificações e sanções.

#### **9.6. Economicidade e escala contratual**

A contratação integrada tende a favorecer a economia de escala e a racionalização de custos indiretos relacionados à gestão administrativa, coordenação de escalas, responsável técnico, controle documental, substituições, supervisão e apoio operacional.

Caso o objeto fosse dividido em múltiplos contratos, tais custos poderiam ser replicados em cada ajuste, com potencial elevação do custo global da Administração, sem ganho proporcional de eficiência.

#### **9.7. Conclusão sobre o não parcelamento**

Conclui-se que **não é recomendável o parcelamento da solução em contratações autônomas**, sendo tecnicamente justificada a formação de **grupo único**.

A modelagem por grupo único é adequada porque os itens integram uma mesma solução assistencial, exigem execução coordenada, dependem de escalas compatíveis, demandam substituição imediata de profissionais e pressupõem responsabilização técnica e operacional centralizada.

### **10. Demonstração de que a formação do grupo único não restringe indevidamente a competitividade**

A formação do grupo único foi analisada à luz da competitividade do certame, concluindo-se que a modelagem não impõe restrição indevida ao mercado.

Primeiro, todos os itens pertencem ao mesmo segmento econômico e técnico: prestação de serviços médicos. Não há agrupamento de objetos heterogêneos, desconexos ou pertencentes a mercados distintos.



Segundo, a contratação não exige marca, modelo, tecnologia exclusiva, método proprietário ou condição artificial que limite injustificadamente a participação de interessados. As exigências essenciais dizem respeito à capacidade de executar serviços médicos continuados, manter profissionais habilitados, cumprir escalas, indicar responsável técnico, substituir ausências e apresentar relatórios.

Terceiro, a reunião dos itens em grupo único guarda relação direta com a execução contratual, pois a Administração necessita de solução integrada para unidades da mesma rede municipal de saúde.

Quarto, a modelagem por grupo único é compensada por mecanismos de preservação da competitividade, tais como:

- a) adoção de pregão eletrônico;
- b) critério objetivo de julgamento pelo menor preço por grupo;
- c) possibilidade de disputa em ambiente eletrônico;
- d) descrição objetiva dos itens e quantitativos;
- e) ausência de indicação de marca ou fornecedor específico;
- f) previsão de participação de empresas que atuem no ramo pertinente;
- g) possibilidade de participação de consórcios, quando admitida no edital;
- h) possibilidade de participação de cooperativas, quando compatível com o objeto e com a legislação;
- i) exigências de habilitação proporcionais à complexidade e ao valor da contratação;
- j) análise da aceitabilidade dos preços unitários, ainda que o julgamento seja por grupo.

Quinto, o julgamento por grupo único não impede a Administração de avaliar a coerência dos preços unitários. A proposta vencedora deverá ser vantajosa globalmente e também compatível nos preços individualizados, evitando-se que eventual redução global encubra sobrepreço em determinado item ou inexecutabilidade em outro.

Sexto, a concentração do objeto em grupo único não tem por finalidade restringir competidores, mas assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa em sentido amplo, considerando preço, continuidade, qualidade, governabilidade contratual, segurança assistencial e eficiência da fiscalização.

Portanto, a formação do grupo único **não configura restrição indevida à competitividade**. Trata-se de modelagem proporcional, motivada e adequada à natureza integrada da solução, sendo compatível com a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

## **11. Resultados pretendidos**

Com a contratação, a Administração pretende alcançar os seguintes resultados:

- a) manutenção da cobertura médica nas unidades municipais indicadas;
- b) redução do risco de interrupção de plantões;
- c) melhoria da continuidade assistencial;
- d) atendimento mais regular à população usuária do SUS;
- e) maior previsibilidade na organização das escalas;
- f) substituição tempestiva de profissionais ausentes;



- g) integração operacional entre Hospital Municipal, CAPS e Policlínica;
- h) controle mensal dos serviços prestados;
- i) pagamento apenas por serviços efetivamente executados e atestados;
- j) redução de contratações improvisadas ou emergenciais;
- k) fortalecimento da fiscalização contratual;
- l) melhoria da qualidade e segurança dos atendimentos.

## **12. Providências prévias à contratação**

Para adequada execução da contratação, deverão ser observadas as seguintes providências prévias:

- a) manutenção, nos autos, da comprovação da adequação orçamentária;
- b) manutenção, nos autos, da demonstração de compatibilidade com PPA, LDO e LOA;
- c) validação dos quantitativos pela Secretaria Municipal de Saúde;
- d) consolidação da pesquisa formal de preços;
- e) designação do gestor e dos fiscais do contrato;
- f) definição de fluxos de comunicação entre contratada, unidades de saúde e fiscalização;
- g) padronização dos modelos de relatório mensal e registro de frequência;
- h) realização de reunião inicial com a contratada;
- i) definição de rotina para substituição imediata de profissionais;
- j) formalização da matriz de riscos;
- k) análise jurídica das minutas.

## **13. Contratações correlatas e/ou interdependentes**

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à execução do objeto.

A presente contratação deverá, contudo, articular-se operacionalmente com as rotinas ordinárias das unidades municipais de saúde, especialmente serviços de enfermagem, recepção, regulação, farmácia, transporte sanitário, limpeza, segurança, sistemas de informação e gestão administrativa da Secretaria Municipal de Saúde.

Essas interfaces não caracterizam, por si só, dependência contratual, mas exigem coordenação administrativa para garantir que os serviços médicos contratados sejam integrados ao funcionamento regular da rede municipal.

## **14. Impactos ambientais e medidas mitigadoras**

A contratação não envolve obra, aquisição de bens permanentes ou fornecimento intensivo de materiais. Por isso, não se identificam impactos ambientais relevantes típicos de contratações de obras, equipamentos ou fornecimentos.

Ainda assim, por se tratar de serviço médico prestado em unidades de saúde, podem ocorrer impactos indiretos relacionados ao uso de materiais, consumo de água e energia, equipamentos de proteção individual e resíduos de serviços de saúde eventualmente gerados ou manuseados.

Devem ser observadas as seguintes medidas mitigadoras:



- a) cumprimento das normas sanitárias e ambientais aplicáveis;
- b) uso racional de materiais, água, energia e insumos;
- c) segregação e destinação adequada de resíduos de serviços de saúde;
- d) observância dos protocolos internos das unidades;
- e) utilização adequada de EPIs, quando cabível;
- f) prevenção de desperdícios.

Não se aplicam, como elemento central desta contratação, exigências de logística reversa de bens permanentes, eficiência energética de equipamentos adquiridos ou destinação de embalagens de produtos fornecidos em larga escala, pois o objeto principal é a prestação de serviços médicos.

## **15. Análise da cabibilidade do Sistema de Registro de Preços**

A análise do Sistema de Registro de Preços deve considerar os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133/2021 e o Decreto Federal nº 11.462/2023, especialmente quanto à existência de contratações frequentes, entregas ou execuções parceladas, remuneração por unidade de medida, atendimento a mais de um órgão ou entidade, impossibilidade de definição prévia exata dos quantitativos, padronização do objeto e conveniência administrativa da formação de ata.

No caso concreto, há elementos que poderiam, em tese, aproximar o objeto do SRP, como a padronização dos serviços, a remuneração por plantão e a execução ao longo do tempo. Contudo, tais elementos não são suficientes para justificar a adoção do sistema no presente caso.

A necessidade administrativa identificada não consiste em formar ata para futuras contratações incertas, mas em celebrar contrato imediato, continuado e integrado, destinado à cobertura assistencial de unidades específicas do Município durante período determinado.

Os quantitativos anuais estão previamente estimados. As unidades de execução estão definidas. A solução exige responsável técnico, preposto, escalas mensais, substituição imediata, relatórios e fiscalização contínua.

Também não há indicação de atendimento compartilhado a múltiplos órgãos ou entidades, nem demonstração de impossibilidade de definição prévia dos quantitativos.

Dessa forma, **não é juridicamente cabível a adoção do Sistema de Registro de Preços no presente caso**, pelos seguintes fundamentos:

- a) a demanda é imediata, continuada e integrada;
- b) há quantitativos previamente estimados;
- c) as unidades de execução estão definidas;
- d) não se trata de contratação futura, eventual ou incerta;
- e) não há indicação de atendimento a múltiplos órgãos;
- f) a solução exige vínculo contratual estável durante a vigência;



g) a continuidade assistencial recomenda contrato ordinário, e não ata de registro de preços.

## **16. Análise de riscos**

Nesta altura dos estudos identifica-se como riscos à contratação, falha no monitoramento do fornecedor, atrasos na execução, flutuação de preços, descumprimento das especificações técnicas e litígios contratuais.

Tais riscos são compatíveis com a natureza continuada do objeto e devem ser mitigados por meio de:

- a) fiscalização técnica e administrativa mensal;
- b) relatórios discriminados de plantões;
- c) registros formais de frequência;
- d) substituição imediata de profissionais ausentes;
- e) previsão de glosas;
- f) notificações formais;
- g) processo de responsabilização quando cabível;
- h) garantia contratual;
- i) critérios claros de medição e pagamento;
- j) comunicação formal entre contratante e contratada.

A gestão de riscos deverá permanecer ativa durante toda a execução contratual, com atualização sempre que identificadas novas ocorrências ou alterações relevantes no cenário da contratação.

## **17. Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade da contratação**

Com base na necessidade pública identificada, no alinhamento com os instrumentos de planejamento municipal, na adequação orçamentária, na compatibilidade com PPA, LDO e LOA, na natureza continuada dos serviços, no levantamento de mercado, na estimativa de quantitativos e valores e na análise da modelagem contratual, conclui-se pela **viabilidade técnica, administrativa, orçamentária e jurídica da contratação**.

A contratação de empresa especializada mostra-se adequada para assegurar a continuidade dos serviços médicos no Hospital Municipal, CAPS e Policlínica Municipal, permitindo disponibilização de profissionais habilitados, organização de escalas, substituição imediata, indicação de responsável técnico, controle de frequência e medição mensal dos serviços efetivamente executados.

A formação de grupo único é tecnicamente justificada, pois os itens compõem uma solução assistencial integrada, de execução coordenada e natureza continuada. O parcelamento em múltiplas contratações poderia comprometer a eficiência da gestão, fragmentar responsabilidades, dificultar a fiscalização, aumentar custos administrativos e elevar o risco de descontinuidade dos serviços.

Não se verifica restrição indevida à competitividade, desde que mantidas exigências proporcionais ao objeto, admitida a participação de consórcios e cooperativas quando



compatíveis, preservada a análise dos preços unitários e afastadas condições desnecessárias ou incompatíveis com o mercado de prestação de serviços médicos.

Portanto, este Estudo Técnico Preliminar oferece base suficiente para o Termo de Referência, da matriz de riscos, a minuta do edital, a minuta contratual e os demais atos da fase preparatória.

## 18. Encaminhamento

Diante da viabilidade da contratação, recomenda-se o prosseguimento da fase preparatória, com as seguintes providências:

- a) juntar este ETP como apêndice do Termo de Referência;
- b) manter nos autos a comprovação da adequação orçamentária;
- c) manter nos autos a demonstração de compatibilidade com PPA, LDO e LOA;
- d) consolidar no Termo de Referência e no edital a justificativa da formação do grupo único;
- e) assegurar que as exigências de habilitação técnica sejam proporcionais ao objeto;
- f) preservar a análise crítica dos preços unitários, ainda que o julgamento seja por grupo;
- g) manter a medição mensal por plantões efetivamente executados e atestados;
- h) designar gestor e fiscais do contrato;
- i) manter matriz de riscos compatível com a solução final;
- j) submeter as minutas finais à análise jurídica;
- k) autorizar, se presentes os demais requisitos legais, a deflagração do procedimento licitatório.

### Conclusão final:

A contratação é **viável, necessária, adequada e compatível com o interesse público**, devendo prosseguir como contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos continuados, em **grupo único**, pelo período inicial de 12 meses, para atendimento do Hospital Municipal, CAPS – Centro de Atenção Psicossocial e Policlínica Municipal.

Laje/BA, 27 de março de 2026.

---

Pedro Jorge Calhau Peixoto Muniz  
Comissão de Planejamento



## MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

### CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE NATUREZA CONTÍNUA

**Objeto da matriz de riscos:** Constitui o presente objeto o processo licitatório para contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos, visando atender as necessidades junto ao Hospital municipal, Caps - centro de atenção psicossocial e a Policlínica, durante o período de um ano. Os serviços a contratar seguem detalhadamente no anexo I e no termo de referência.

Risco	Probabilidade	Impacto	Severidade	Estratégia de Mitigação
Falta de monitoramento eficaz do desempenho do fornecedor ao longo do contrato.	Baixa	Médio	Alto	Estabelecer um canal de comunicação aberto e transparente entre a instituição contratante e o fornecedor de serviços de médicos, permitindo que os problemas sejam comunicados e resolvidos de forma rápida e eficaz.
Atrasos na execução dos serviços, afetando a prestação dos serviços médicos a população	Baixa	Médio	Alta	Notificação da empresa contratada. Abertura do processo de apuração de responsabilidade administrativa e aplicação de penalidades quando cabível.
Flutuação nos preços	Alta	Médio	Alto	Monitorar regularmente os preços de mercado. Estabelecer mecanismos de revisão de preços no contrato.
Descumprimento das especificações técnicas	Média	Alto	Alto	Estabelecer critérios claros de qualidade na prestação dos serviços. Realizar inspeção para a verificação da conformidade do serviços prestados pela pessoa jurídica.
Litígios contratuais	Baixa	Alto	Médio	Redigir contratos claros e abrangentes. Estabelecer procedimentos de resolução de disputas.

**KEILA APARECIDA ROCHA SANTOS**

**Comissão de planejamento**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE**  
(Processo Administrativo nº 143/2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE LAJE, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E [NOME DA CONTRATADA].

O MUNICÍPIO DE LAJE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 13.825.492/0001-04, com endereço na Praça José de Almeida, s/nº, Cidade de Laje, Estado da Bahia, CEP 44.440-900, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.714.799/0001-02, neste ato representado(a) pela Secretária Municipal de Saúde [nome], nomeada pelo Decreto Municipal nº [•], de [•], publicado no Diário Oficial do Município de [•], doravante denominado CONTRATANTE, e [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) em [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] ou [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 143/2026 e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 422/2021, do Decreto Municipal nº 001/2024, do Decreto Municipal nº 003/2024 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90011/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos continuados, visando atender às necessidades do Hospital Municipal, do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial e da Policlínica Municipal, a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
  - 1.2.1. O Termo de Referência;
  - 1.2.2. O Edital da Licitação;
  - 1.2.3. A Proposta do CONTRATADO;
  - 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
  - 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
  - 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
  - 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
  - 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
  - 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação.
- 2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.



2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_ (valor por extenso), cujos preços unitários constam da tabela abaixo e da proposta que integra como anexo o presente contrato.

GRUPO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ASSISTÊNCIA MÉDICA - HOSPITALAR / DOMICILIAR COMPLEMENTAR DE SAÚDE / CONVÊNIO	12920	UN	1		
	DETALHAMENTO DO SERVIÇO E DO PREÇO					
	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD DE PLANTÕES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	MÉDICO - CLÍNICO GERAL - PLANTONISTA 24 H (MÉDICO - CLÍNICO GERAL - MÉDICO PLANTONISTA 24H (SERVIÇOS TERCEIRIZADOS MÉDICO PLANTONISTA 24H))	PLANTÃO 24H (SEG À SEXTA-FEIRA)	900		
	2	MÉDICO - CLÍNICO GERAL- PLANTONISTA 24H PARA EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS (RESPEITANDO O CALENDÁRIO MUNICIPAL)	PLANTÃO 24H – (SEG À DOMINGO E FERIADOS CONFORME CALENDÁRIO MUNICIPAL)	50		
	3	MÉDICO CIRURGIÃO GERAL	PLANTÃO 12H (SEG À SEXTA-FEIRA)	200		
	4	MÉDICO PLANTONISTA FINS DE SEMANA E FERIADOS	PLANTÃO 24H (SAB, DOM E FERIADOS)	460		
	5	MÉDICO PLANTONISTA AMBULATORIAL	PLANTÃO 06H (SEG À SEXTA-FEIRA)	1.080		
	6	MÉDICO	PLANTÃO 12H	1.080		



		PLANTONISTA AMBULATORIAL	(SEG À SEXTA- FEIRA)			
7		MÉDICO CLÍNICO GERAL - EMERGENCISTA	PLANTÃO 24H	300		
8		MÉDICO ANESTESIOLOGISTA	PLANTÃO 12H (SEG À SEXTA- FEIRA)	300		

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente executados e atestados pela fiscalização.

#### CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:
  - 8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;
  - 8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;
  - 8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;
  - 8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
  - 8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e



8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 10 dias.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;



- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 9.10.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato, em regime de pronta comunicação com o CONTRATANTE, não sendo necessária sua permanência física contínua no local da execução do objeto, salvo quando convocado pela fiscalização ou pelo gestor do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;





- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;
- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total da contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: 030601 – Secretaria Municipal de Saúde;
- II) Fonte de recursos: 16000000001, 1500100200;
- III) Programa de trabalho: 2044 e 2046;
- IV) Elemento de despesa: 3.3.90.34.00.

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da cidade de Laje, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Laje, \*\* de \*\*\*\* de 2026.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

- 1-
- 2-

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJE**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**  
(Processo Administrativo nº 143/2026)

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº \*\*\*/2026**

Planilha de Preços e Quantitativos  
[ para envio pelos melhores classificados ]

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		UF:
CEP:	FONE/FAX:	CONTATO:
INSC. ESTADUAL:	CNPJ:	
VALIDADE DA PROPOSTA:	REPRESENTANTE LEGAL:	
<u>DADOS BANCÁRIOS:</u>		
<u>OBJETO:</u> Contratação de empresa especializada na prestação de serviços médicos, visando atender as necessidades junto ao Hospital Municipal, CAPS - Centro de Atenção Psicossocial e a Policlínica Municipal, durante o período de 12 (doze) meses.		

Modelo Proposta de Preços

GRUPO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ASSISTÊNCIA MÉDICA - HOSPITALAR / DOMICILIAR COMPLEMENTAR DE SAÚDE / CONVÊNIO	12920	UN	1		
	DETALHAMENTO DO SERVIÇO E DO PREÇO					
	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTD DE PLANTÕES	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	MÉDICO - CLÍNICO GERAL - PLANTONISTA 24 H (MÉDICO - CLÍNICO GERAL - MÉDICO PLANTONISTA 24H (SERVIÇOS TERCEIRIZADOS MÉDICO PLANTONISTA 24H))	PLANTÃO 24H (SEG À SEXTA-FEIRA)	900		
	2	MÉDICO - CLÍNICO GERAL- PLANTONISTA 24H PARA EVENTOS E DATAS COMEMORATIVAS (RESPEITANDO O CALENDÁRIO MUNICIPAL)	PLANTÃO 24H – (SEG À DOMINGO E FERIADOS CONFORME CALENDÁRIO MUNICIPAL)	50		
	3	MÉDICO CIRURGIÃO GERAL	PLANTÃO 12H (SEG À SEXTA-FEIRA)	200		
	4	MÉDICO PLANTONISTA FINS	PLANTÃO 24H (SAB, DOM E	460		

		DE SEMANA E FERIADOS	FERIADOS			
	5	MÉDICO PLANTONISTA AMBULATORIAL	PLANTÃO 06H (SEG À SEXTA-FEIRA)	1.080		
	6	MÉDICO PLANTONISTA AMBULATORIAL	PLANTÃO 12H (SEG À SEXTA-FEIRA)	1.080		
	7	MÉDICO CLÍNICO GERAL - EMERGENCISTA	PLANTÃO 24H	300		
	8	MÉDICO ANESTESIOLOGISTA	PLANTÃO 12H (SEG À SEXTA-FEIRA)	300		
VALOR TOTAL DO GRUPO ÚNICO: R\$ _____ (valor por extenso)						

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para o fornecimento do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas como transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com às especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Por esta proposta, ainda, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei 14.133/21, e às cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº \*\*\*/2026.

RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO COM CNPJ E CPF DO REPRESENTANTE

#### Observações:

- 1) A proposta deverá indicar aos dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a execução do contrato.
- 2) Esse modelo deverá ser emitido em papel timbrado do licitante.